

**NOTAS PARA
NÃO DEIXAR SEU
LITERATO EM PAZ:
PERCORRENDO
OS ESTUDOS DE
GÊNERO E ALGUNS
PREÂMBULOS SOBRE
A FUNÇÃO SOCIAL
DA LITERATURA**
*NOTES NOT TO
LEAVE YOUR (WO)
MAN OF LETTERS
IN PEACE: GOING
THROUGH THE GENRE
STUDIES AND SOME
PREAMBLES ON THE
SOCIAL FUNCTION OF
LITERATURE*

Éderson Luís Silveira (UEMS)¹

¹ Pós-doutorando em Letras pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. ediliteratus@gmail.com

Resumo: Este trabalho se situa no âmbito dos estudos de gênero e também considera questões concernentes às relações entre literatura e sociedade enquanto campo legítimo de estudos na universidade. O conceito de gênero surgiu na segunda metade dos anos 1980, sob construção colaborativa, para analisar relações socialmente construídas e criticar a desigualdade entre gêneros. Vale destacar que, historicamente, a crítica sucedeu a história da literatura, sendo-lhe, portanto, posterior. Diante disso, Michel Foucault (1976), Joan Scott (1986) e Judith Butler (1990), três referenciais aqui apresentados, o são no intuito de que sejam pensados como ferramentas teórico-conceptuais, para que se possa contribuir para a discussão do cânone literário e se desmantele o acontecimento da literatura reduzida ao absurdo nas universidades, quando esta se reduz à abstração, resultante da análise estrutural dos andaimes do edifício em construção que é texto literário, o que resulta, infelizmente, em gestos de distanciamento acerca da discussão que engloba a relação indissociável entre literatura e vida social.

Palavras-chave: Estudos de gênero; Literatura e Sociedade; Função Social da literatura.

Abstract: This paper is situated in the scope of gender studies and also considers issues concerning the relations between literature and society as a legitimate field of studies at the university. The concept of gender emerged in the second half of the 1980s, under collaborative construction, to analyze socially constructed relationships and criticize gender inequality. It is worth mentioning that, historically, criticism has succeeded the history of literature, and is therefore later. In view of this, Michel Foucault (1976), Joan Scott (1986) e Judith Butler (1990), three references presented here, are in order to be thought of as theoretical-conceptual tools, so that one can contribute to the discussion of the literary canon and dismantle the event of literature reduced to absurdity in universities, when it is reduced to abstraction, resulting from the structural analysis of the scaffolding of the building under construction that is literary text, this results, unfortunately, in gestures of distancing itself about the discussion that encompasses the inseparable relationship between literature and social life.

Keywords: Gender studies; Literature and Society; Social function of literature.

Introduzindo o percurso

Este texto ensaístico objetiva traçar um paralelo entre os estudos de gênero e algumas relações possíveis entre literatura, sociedade e o referido campo de estudos. A palavra literato é, então, mobilizada em meio a uma ambiguidade constitutiva: refere-se tanto a quem produz literatura quanto a quem se debruça sobre a literatura como campo de estudos. Dessa forma, “não deixar seu literato em paz” é uma provocação teórica instigante, com implicações práticas sobre aquele que lê: trata-se de assinalar que a literatura não pode se reduzir a uma torre de marfim, apartada das relações sociais (se é que isso um dia foi possível – apesar de haver quem tenha pensado que era!).

Em 2016, publiquei, em coautoria, um texto na revista *Linguasagem*, no qual a proposição se dava em relação aos linguistas, a partir de uma deixa iniciada por provocações de Bernard Spolsky (2004), professor da Universidad Bar-Illan, em Israel. Nela, há uma crítica acerca das abordagens tradicionais em torno de imagens e de valorações negativas em relação à Linguística e aos linguistas. “Dessa forma, a prática discursiva não visa incluir outras formas de perceber o linguista e a Linguística, mas em fixar identidades repetitivas e conservadoras sobre as instâncias e sujeitos a que se referem” (SILVEIRA & JESUS, 2016, p. 01).

No caso da literatura, é importante remetermos à questão da literatura reduzida ao absurdo de correr o risco de cair no teoreticismo apartado das relações sociais. Na obra *A literatura em perigo*, por exemplo, o búlgaro Todorov, que se tornou conhecido por causa da análise das estruturas narrativas do texto literário, esboça parte de seu trajeto como leitor e como

crítico, voltando-se para a história dos olhares sobre a literatura ocidental e como ela pode estar associada a modos de perceber as próprias possibilidades de leitura no decorrer da história acerca da literatura enquanto objeto do conhecimento. A crítica dele se associa à premissa de voltar-se ao que a literatura tem a dizer para a sociedade, ao invés de centrar-se na análise de aspectos formais do texto literário, entre outras implicações daí adjacentes.

É interessante notar que, assim como a crítica que o estudioso mencionado se refere, sua própria vida esteve relacionada a meandros que não se apartaram de eventos sociais significativos. Tendo nascido na Bulgária, em 1939, e migrado para a França em 1963, chegou a conhecer Roland Barthes, com quem trabalhou. Durante a trajetória de sua graduação em Letras, a Bulgária integrava a Cortina de Ferro, legitimando a ideologia soviética, o que fez com que muitos vissem no Formalismo Russo uma alternativa ao stalinismo, por causa da desobrigação daí adjacente de se referir à ditadura do proletariado e se apartar da tessitura de críticas ao teor doutrinário de obras a ser estudadas.

Dessa forma, sobretudo no capítulo intitulado “A literatura reduzida ao absurdo”, Todorov se refere ao ensino secundário francês de literatura, comparando-o a um edifício com andaimes, em construção. Ele defende que tal edifício, referindo-se à análise do texto literário, depois de pronto, deveria se libertar dos andaimes, defendendo o enfoque na funcionalidade do edifício em si e em sua arquitetura. Assim, ele critica a manutenção dos andaimes como objeto de estudo, não somente advindo da crítica formalista, mas, também, de concepções que defendem haver uma suposta separação entre eu e o mundo (niilistas e

solipsistas). A literatura, sob esse viés, não pode estar apartada das relações sociais.

A metáfora do edifício em construção ali contida, em que não se pode se voltar para os andaimes do edifício literário, esquecendo-se da construção em si, é fértil para pensarmos na fetichização dos estudos formais literários e no lugar que estudos como os da literatura marginal e dos estudos de gênero, por exemplo, encontram em algumas instâncias de departamentos universitários Brasil afora, com determinada desconfiança daqueles que tiveram uma formação mais voltada para os andaimes das estruturas do texto literário. Não se está, aqui, defendendo uma hierarquização desta ou daquela abordagem, mas de reiterar que os estudos entre linguagem, literatura e sociedade constituem um campo legítimo do saber e precisam ser respeitados a partir das reverberações desse lugar. Isso, ainda reportando-nos a Todorov, para que não sejam relativizadas as (produções de) verdades contidas nos textos literários, desarticulando-os da realidade externa que está associada às condições de sua produção.

Quando se fala em literatura e sociedade, o que se busca é fomentar debates críticos sobre a literatura, a partir de variadas manifestações diversas. Assim, o silenciamento e a marginalização dos estudos literários que se voltam para práticas e representações de sujeitos excluídos que têm aparição em textos literários não pode ser negligenciada. A crítica feminista, por exemplo, é pensada por Elaine Showalter como um “território selvagem”, já que é multifacetada e se desenvolve em um ambiente universitário dominado por homens, considerando que as discussões acerca das desigualdades de gênero existem

desde a década de 1990.

[Vale destacar que] uma leitura feminista e/ou de gênero leva em consideração, na análise de uma obra, o gênero do autor, o gênero do leitor e as configurações sociais que permeiam a vida de homens e mulheres, o que não quer dizer que o texto literário seja uma “cópia” ou um mero reflexo da realidade, pelo contrário: ele é um amálgama de dados ficcionais e reais, de forma que a realidade nunca é refletida na estrutura ficcional, e sim filtrada por fatores estéticos. Isso se torna ainda mais evidente quando concebemos o gênero com uma representação, e esta representação como sua construção, que se dá de várias maneiras nas instâncias da sociedade, de forma que não podemos dissociar uma análise de gênero das condições de vida em um dado ambiente social. Sendo assim, as representações literárias do gênero são também construções, marcadas por fatores culturais e, ao mesmo tempo, estéticos, uma vez que, mesmo fazendo uma análise sociológica, não podemos negligenciar as convenções estéticas na interpretação de uma obra (BELLIN, 2011, p. 10).

Outro ponto a ser considerado é que a crítica é posterior aos estudos que abordam a história da literatura. O que se defende, nesse sentido, é que a crítica literária é um terreno fértil porque é diverso e pode possibilitar diferentes abordagens. Não se pode esquecer que, com o uso da expressão diferentes abordagens, não se afirma, no entanto, que “vale tudo”, já que as formas de interpretação precisam estar respaldadas no texto literário como possibilidades interpretativas, e é isso que difere a crítica literária de uma análise filosófica ou sociológica propriamente dita.

Voltando-nos a Todorov, o crítico búlgaro situa a compreensão do texto literário como uma atividade que não

pode se apartar de questões externas ao texto, visto que este considera a relação da literatura com outros discursos o que torna as fronteiras do texto literário inconstantes. Para Michel Foucault (1989), as ordens discursivas estão associadas a modos de distribuição de saberes e de poderes, relacionadas a modos de produção de verdades, que podem ser naturalizadas ou negadas no decorrer da história. Daí a necessidade de atualização constante para quem se considera estudioso da relação entre literatura e sociedade, já que é preciso estar atento aos tempos nos quais se está situado e naqueles em que as obras se inserem como obra aberta a interpretações (im) possíveis.

Sobre o caráter multifacetado da crítica, note-se, por exemplo, algumas especificidades dos Estudos Culturais, que não se reduzem a uma abordagem homogênea no que diz respeito à distribuição dos desdobramentos deste campo do saber:

[...] enquanto nos Estados Unidos existem inúmeros programas de estudos étnicos e sexuais, não há quase nenhum que se dedique explicitamente aos *Cultural Studies*. Por isso, eles estão em toda a parte e em lugar nenhum, mais flutuantes que enraizados, presentes em tal departamento na pessoa de um de seus especialistas, na escolha desse objeto de estudo, em uma abordagem teórica ou em algumas palavras-chave. Integram de forma transversal o conjunto do campo de Humanidades, sem que seja necessário consagrar-lhes um curso ou fixar claramente uma definição. O que dá margem, naturalmente, a uma inflação de ensaios que discutem seu conteúdo e seus limites. Parafraseando a fórmula surrealista, eles poderiam ser definidos, na falta de algo melhor, como a convergência de uma máquina marxista britânica e de um guarda-chuva teórico francês no terreno de lazer da sociedade americana – menos ascética do que uma mesa de operação. Pois eles nasceram na Grã-Bretanha, em torno do Center for

Contemporary Cultural Studies criado em 1964 em Birmingham, e a partir dos trabalhos de Raymond Williams (*The Long Revolution*) e Richard Hoggart (*The Use of Literacy*) sobre as tradições e as resistências culturais do proletariado britânico. As pesquisas desse grupo que influenciam então os trabalhos de Althusser, Barthes e, depois, Bourdieu, invalidam a abordagem marxista ortodoxa: a cultura não é um simples reflexo superestrutural, mas um campo de lutas específicas pela hegemonia (daí a forte referência a Gramsci); a própria classe social não é um dado histórico bruto, mas uma construção simbólica (e, portanto cultural); e a hierarquia cultural não tem um sentido único, pois existem complicadores como uma nova cultura de massa (como a televisão comercial) e seus modos de apropriação pelas classes populares (CUSSET, 2008, p. 130-131).

Nesse âmbito, a nível de especificidade, por exemplo, a noção de poder em Foucault e a questão da identidade como objeto heterogêneo, por exemplo, não podem ser negligenciadas. Isso remete a pensar que o sujeito não é a origem do discurso nem o centro regulador dos enunciados (SILVEIRA, 2017, 2018a; 2018b, SILVEIRA & FAQUERI, 2018).

Assim, se a cultura é heteroglóssica sob a perspectiva dos Estudos Culturais, “a identidade é múltipla, instável e está relacionada à adesão a grupos sociais definidos, o que aponta para a existência de uma identidade não individual, mas coletiva” (SILVEIRA, 2017, p. 189). Essa abordagem, então, permite que se pense em coletivos de sujeitos e isso traz implicações singulares no que diz respeito aos modos de olhar as desigualdades de gênero, por exemplo, por meio da observação crítica das manifestações artísticas, literárias e culturais presentes na sociedade no decorrer da história da humanidade. Não é à toa que críticos como Antonio Candido defendem que a

literatura e a arte têm ligações diretas com o engajamento na concretização da transformação social, via estabelecimento de ligações dialógicas entre textos, leitores e sociedade (SANTANA & SILVEIRA, 2019).

Em *A morte do autor*, publicado originalmente em 1968 na revista *Manteia*, Barthes vai se contrapor à visão de que uma voz autoral precede o texto literário, conferindo-lhe sentidos intencionalmente:

Uma vez afastado o autor, a pretensão de ‘decifrar’ um texto se torna totalmente inútil. Dar ao texto um Autor é impor-lhe um travão, é provê-lo de um significado último, é fechar a escritura. Essa concepção convém muito à crítica, que quer dar-se então como tarefa importante descobrir o Autor (ou suas hipóteses: a sociedade, a história, a psique, a liberdade) sob a obra: encontrado o Autor, o texto está explicado, o crítico venceu: não é de se admirar, portanto, que, historicamente, o reinado do Autor tenha sido também o do Crítico, nem tampouco que a crítica (mesmo a nova) esteja hoje abalada ao mesmo tempo que o Autor. Na escritura múltipla, com efeito, tudo está para ser deslindado, mas nada para ser decifrado; a estrutura pode ser seguida, “desfiada” (como se diz de uma malha de meia que escapa) em todas as suas retomadas e em todos os seus estágios, mas não há fundo; a escritura propõe sentido sem parar, mas é para evaporá-lo: ela procede a uma isenção sistemática do sentido (BARTHES, 1988, p. 69).

Foucault não ficou alheio a esta questão. Para ele, trata-se de “localizar o espaço deixado vazio pelo desaparecimento do autor, seguir de perto a repartição das lacunas e das fissuras e perscrutar os espaços, as funções livres que esse desaparecimento deixa a descoberto” (FOUCAULT, 1992, p. 41). Isso não significa que não há participação do autor na obra literária, mas que há instâncias exteriores ao texto literário que também participam

de sua produção, por vezes alheias às intencionalidades daquele que escreve. Daí a importância dos estudos sobre literatura e sociedade.

Diante disso, cabe acentuar que, historicamente, quando as mulheres, a negritude e os sujeitos LGQTQIA+ ganham corpo e forma nos estudos da crítica universitária, a leitura e a escrita perdem a sacralização habitual, reforçada por uma tradição patriarcal e heterocêntrica. Reconhecer, portanto, a dimensão política daí advinda é um fator preponderante, para que não se volte apenas para os andaimes do texto literário, apartando-se das relações sociais e culturais de seu entorno. Sobre o conceito de gênero, cabem as palavras iniciais do verbete, contido no *Dicionário crítico de gênero*:

O conceito gênero, no sentido político que se conhece na atualidade, surgiu com força na segunda metade dos anos 1980, tendo sido construído coletivamente e de modo desafiador, pela colaboração de algumas teóricas do feminismo, que percebiam a vulnerabilidade dos termos mulher ou mulheres, ao trazerem em seu bojo uma força de legitimação apoiada no corpo biológico desses sujeitos. Gênero buscava então dar conta de relações socialmente constituídas, que partem da contraposição e do questionamento dos convencionados gêneros feminino e masculino, suas variações e hierarquização social (COLLING & TODESCHI, 2019, p. 330).

Desse modo, serão mencionadas, a seguir, três obras fundamentais, mas não as únicas fundamentais da área, para que se possa pensar as relações de gênero. A especificação de tais referências será apresentada com o intuito de demonstrar em que medida se trata de obras basilares, para justificar sua presença ou ponto de partida para quem quiser desbravar o campo de estudos de gêneros, sobretudo, posteriormente, em sua

relação com a análise do texto literário, no sentido de apresentar ferramentas conceituais ímpares.

Considerações acerca de três obras fundamentais para os estudos dos gêneros

A história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações (FOUCAULT, 2007, p. 7).

O primeiro autor é Michel Foucault e sua relevância para os estudos de gênero é ímpar. Na citação acima, podemos notar que se trata de um deslocamento sobre a análise da história. Não foi por acaso que o filósofo francês ficou conhecido no campo dos estudos de gênero. Isso porque ele realizou estudos acerca da história da sexualidade apresentando o próprio conceito de sexualidade como algo que sofreu transformações no decorrer dos anos. Um ponto importante das investigações de Foucault é que ele não busca a verdade, como um alvo homogêneo e tranquilizador a ser investigado. O que ele faz é percorrer os limites das zonas de veridicção, a fim de analisar que discurso e práticas foram colocados no lugar do verdadeiro. O que ele busca, então, é uma história dos diferentes modos de subjetivação ou seja, as formas históricas por meio das quais os seres humanos se tornaram sujeitos, em ambientes marcados por relações de poder. Nesse sentido, os sujeitos são pensados como seres em interação, aprendidos na relação em sociedade. Por isso o sujeito

não é definitivo e sua identidade não é fixa, porque ele é “fundado e refundado pela história” (FOUCAULT, 1995, p. 540).

Assim, o que ele investiga nas coletâneas da *História da Sexualidade*, em quatro volumes, são “os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 297). Em Foucault, ser sexuado é ser afetado por regulações sociais; daí as condições de possibilidade de outro tipo de subjetividade, não alienada, perpassa a distinção e a busca pelo controle da sexualidade, que sofre coerções de diversas ordens. A desestabilização de modelos normativos pode, então, desnaturalizar os efeitos do patriarcado sobre corpos e sujeitos subalternos. Pode-se iniciar, então, pela importância do primeiro volume da *História da Sexualidade: a vontade de saber*, publicado **em 1976**, pelas edições Gallimard, em que Foucault desmantela a hipótese repressiva, afirmando que não se trata apenas de reprimir sexualidades por meio da heteronormatividade, mas, também, de estimular que se fale sobre o sexo. Não é acessório o fato de que ele menciona, na referida obra, que sexo e sexualidade são um fenômeno causal imprescindível para compreendermos a vida social.

Outra autora que defende que o conhecimento histórico não é estanque nem homogêneo é Joan Scott, professora de Ciências Sociais do Instituto de Estudos Avançados de Princeton, que é uma historiadora militante feminista que se contrapõe à ideia de que não se trata, portanto de registrar informações históricas passivamente, porque é preciso se voltar para as transformações que ocorrem na vida social, sobretudo no que diz respeito às modificações da estrutura social, e a (escrita da) história participa da produção do saber nesse sentido.

Desse modo, a ideia de que a sexualidade é produzida no decorrer da história, oriunda de Foucault, influenciou o campo da historiografia. Assim, no âmbito dos estudos de gênero, não se pode deixar de mencionar o texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, de Joan Scott, publicado **em 1986**, no periódico *The American Historical Review* e, em 1988, no livro *Gender and the Politics of History*. No Brasil, sob revisão de Tomaz Tadeu da Silva, a partir do original inglês, foi publicado em 1995 na revista *Educação & Realidade*, da UFRGS. Além disso, a tradução da versão francesa do texto (*Les Cahiers du Griffon*, n. 37/38. Paris: Editions Tierce) 1988 havia sido traduzido por Guacira Lopes Louro. Daí já se tem uma ideia acerca da importância do texto. Sobre Joan Scott, trata-se de uma historiadora estadunidense nascida no Brooklyn, que iniciou seus trabalhos no âmbito da historiografia francesa, mas, desde 1980, redirecionou seus estudos para as questões voltadas à história das mulheres a partir da perspectiva do gênero

No texto em questão, é afirmado que, se as palavras são carregadas de história, historicamente o feminino foi pensado como um termo relacionado ao masculino, mas que, com o passar do tempo, as feministas ajudaram a perceber que se trata de um “caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”. Não é à toa que se refere, ao longo dos anos, a existência de corpos marginalizados na história, como das mulheres, da negritude e dos corpos abjetos lgbtqia+. Então, se o gênero pode ser pensado como categoria de análise histórica, ele também pode ser no âmbito dos estudos literários, quando se pensa nas representações de relações desiguais entre gêneros presentes em obras literárias. Mais do que pensar as (in) definições do conceito

de gênero no decorrer da história, portanto, é preciso atentarmos para os significados atrelados a tal termo com o passar do tempo, em meio às relações sociais que justificam e reproduzem tais sentidos. É interessante notar que a historiadora chega a mencionar o debate no campo da historiografia acerca do estudo dos gêneros que extrapola o binarismo homem/mulher e, até mesmo, a heterossexualidade.

O gênero tem sido utilizado literal ou analogicamente na teoria política para justificar ou criticar reinado de monarcas e para expressar as relações entre governantes e governados. Obviamente era de se esperar que os debates dos contemporâneos sobre os reinados de Elizabeth I da Inglaterra e de Catarina de Medici na França tivessem tratado da questão da capacidade das mulheres para a direção política; mas em um período onde parentesco e realeza estavam intrinsecamente ligados, as discussões sobre os reis homens também estavam preocupadas com a masculinidade e a feminilidade. As analogias com a relação marital dão uma estrutura para os argumentos de Jean Bodin, Robert Filmer e John Locke. O ataque de Edmund Burke contra a Revolução Francesa se desenvolve ao redor de um contraste entre as harpias feias e assassinas dos sansculottes (as megeras do inferno, sob a forma desnaturalada da mais vil das mulheres) e a doce feminilidade de Maria Antonieta, que escapa à multidão “para procurar refúgio aos pés de um rei e de um marido” e cuja beleza tinha já inspirado o orgulho nacional. (É em referência ao papel apropriado ao feminino dentro da ordem política que Burke escreveu: “para que possamos amar nossa pátria, nossa pátria deve ser amável”). **Mas a analogia não concerne sempre ao casamento nem mesmo à heterossexualidade.** Na teoria política da Idade Média islâmica, os símbolos do poder político fizeram mais freqüentemente alusão às relações sexuais entre um homem e um rapaz, sugerindo não somente a

existência aceitável de formas de sexualidade comparáveis às que descreve Foucault em seu último livro a respeito da Grécia clássica, mas também a irrelevância das mulheres para qualquer noção de política e de vida pública (SCOTT, 1995, p. 90, grifo nosso).

Outra obra importante no que diz respeito aos estudos de gênero é o livro *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*, em que Judith Butler pensa o conceito de gênero como “ato performativo”, a fim de abordar os gêneros “não inteligíveis”, indivíduos que não seguem uma suposta coerência heteronormativa associada a uma regularidade de equivalência entre sexo anatômico, gênero, desejo e prática sexual. No original, o título é *Gender Trouble – feminism and the subversion of identity* (Nova York: Routledge, 1990). A edição brasileira data de 2003, lançada pela editora civilização brasileira, do Rio de Janeiro.

O conceito de performatividade advém de uma leitura que Derrida fez de Austin. Por hora, situamos esta informação para adiantar que, sob inspiração derridiana, Butler vai conceber o gênero a partir de dois conceitos: a performatividade torna real e produz aquilo que nomeia ou atua e a repetição porque este gesto é sempre uma citação reiterada, atuando como um modelo repetido, uma citação (SILVEIRA, 2016, p. 51).

Além de Derrida, Butler sofre influências de Foucault, porque as análises da História da Sexualidade que este realizou com o passar dos anos auxiliaram-na a pensar formulações associadas aos conceitos de gênero, sexo e sexualidade como não sendo entidades fixas e monolíticas, construídas e reconstruídas na história da humanidade (SILVEIRA & PEREIRA, 2019). O gesto de Butler, é político: ao partir do “abjeto”, e não de gêneros

“inteligíveis”, ela critica a estabilização de gêneros, reportando-se ao fato de que há uma inadequação de sujeitos a uma identidade fixa. O que ela faz, portanto, é radicalizar no sentido de não partir da divisão clássica homem/mulher para descrever as relações humanas.

Neste contexto, a crítica feminista pressupõe que a identidade de “ser homem” em relação à identidade de “ser mulher” está estipulada a partir de uma hierarquia universalizante em que as mulheres ficam em posição subalterna. Ao invés disso, criticando a totalização estruturalista, Butler recusa a universalização das explicações do parentesco, como a presença de oposições binárias que seriam organizadoras das relações sociais, já que esta perspectiva não leva em conta as nuances, derivas e ambiguidades que existem nas relações humanas e na cultura em geral, que são varridas “para baixo do tapete” das teorizações (SILVEIRA, 2016, p. 56).

Diante disso temos, pelo menos, três referenciais importantes dos estudos de gênero, que podem ser úteis no sentido de servirem como ponto de partida para o desenvolvimento de ferramentas teórico-conceituais para os meandros da crítica literária. Vale destacar que não se pretende, aqui, esgotar o referencial teórico disponível sobre os estudos de gênero, mas demonstrar, retoricamente, como as três obras mencionadas anteriormente são algumas das fundamentais para pensar tal campo de estudos. Tanto é que não foram abordadas, neste texto, por causa da delimitação espacial do conteúdo, as questões de intersecção entre gênero, raça e sexualidade, por exemplo, e que ficam para outro momento, não sendo menos importante, portanto.

Considerações (in)conclusivas

Compreender a literatura e suas relações com a sociedade e os estudos de gênero vai além de exemplificar obras literárias, pois trata-se de um gesto que ruma ao encontro de fazer ranger estruturas engessadas patriarcais, que atravessam a universidade e descansam sob o cômodo espaço das formalizações estruturais. Não basta garantir um espaço de atuação para pesquisadores literatos, mas de assegurar a legitimidade desse espaço, a fim de problematizar o poder de livre acesso e os espaços ocupados, ainda hoje, em relação a abordagens tradicionais.

Com Antonio Candido (2006), aprendemos que a crítica literária busca reconhecer os elementos que constituem o aspecto e o significado das obras literárias analisadas, que formam um todo indissolúvel com a obra em si, pois se trata de um tecido que se estabelece em meio a um conjunto de ações que não podem estar apartadas da realidade social. Assim, os referenciais teóricos apresentados o foram no sentido de que sirvam de ferramentas para a percepção das relações entre literatura e sociedade, quando o crítico estiver em seu ofício. Ademais, ao final deste texto, restam as palavras de Derrida em homenagem à Barthes, que podemos deslocar como proposição instigadora, para pensar que este texto aspira compor movimentos posteriores para a inspiração de outros textos e pesquisas, como pedrinhas que chapinham a superfície das profundezas das águas da crítica literária, jogadas uma a uma, pacientemente, com promessas de um retorno.

O não acabamento marcado, a interrupção pontuada, porém aberta, carente até da aresta autoritária de um aforismo. Pequenos

cascalhos surgidos durante a meditação, um de cada vez, na margem de um nome como promessa de um retorno (DERRIDA, 2008, p. 266).

Referências

BELLIN, G. P. A crítica literária feminista e os estudos de gênero: um passeio pelo território selvagem. *Revista FronteiraZ*, São Paulo, n. 7, P. 1-11, dez. 2011.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre o azul, 2006.

CUSSET, F. *Filosofia francesa: a influência de Foucault, Derrida, Deleuze & Cia*. Tradução: Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DERRIDA, Jacques. As mortes de Roland Barthes. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 7, n. 20, p. 264-336, ago. 2008.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Tradução: António Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. Lisboa: Vega/Passagens, 1992.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: Rabinow, P; Dreyfus, H. Michel Foucault, uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.

SANTANA, W. K. F.; SILVEIRA, E.L. Pelas v(e)ias de Antônio Candido: a literatura como fenômeno humanizador e fonte de transformação social. *Jangada: crítica, literatura, artes*, v. 13, p. 74-85, 2019.

SCOTT, J. W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, J. W. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1988.

SHOWALTER, E. A crítica feminista no território selvagem. Trad. Deise Amaral. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências*

e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SILVEIRA, E. L. A (des) continuidade das Letras (in)fiéis: notas sobre relações (im)possíveis entre a Literatura, a Linguística e (os estudos d) a Linguagem. In: PAZ, J. F. da; GUTIERREZ, N. R. G. (Orgs.). *Retextualização - Arte, literatura e linguagem*. 1ed.São Paulo: Agbook, 2018a, v. 1, p. 37-44.

SILVEIRA, E. L.; JESUS, A. A. (Des) legitimando as ciências da linguagem: notas para (não) deixar seu linguista em paz. *Linguasagem (São Paulo)*, v. 26, p. 01-16, 2016.

SILVEIRA, E. L. *Édipo (não é) rei*: Foucault, Butler e o sexo em discurso. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SILVEIRA, E. L. Estudos Culturais e foucaultianos: espalhamento de cacoc sobre um capacho por sacudir. In: CAMARGO, Hertz Wendel de; LARA, Renata Marcelle. (Orgs.). *Artes e discursos na contemporaneidade*. Curitiba: Syntagma, 2017, v. 1, p. 178-201.

SILVEIRA, E. L. Isto não é um incesto: notas sobre Magritte, Brant, Foucault e os funcionários da verdade. In: OLIVEIRA, Gracinéia I.; MOREIRA, Renata Moreira. (Org.). *Vanguardas e outras práticas inovadoras na arte e na literatura*. Belo Horizonte: CEFET- MG, 2018b, v. 1, p. 101-114.

SILVEIRA, E. L.; FAQUERI, R. F. O ensaio sobre a cegueira e a interdição ao sabor: literatura, cinema e práticas discursivas de sujeição. *Jangada: crítica, literatura, artes*, v. 11, p. 58-80, 2018.

SILVEIRA, E.L.; PEREIRA, A. B. Ney Matogrosso entre Butler e Foucault: sobre sujeitos e subversões de identidades. *Revista X*, v. 14, p. 240-255, 2019.

SPOLSKY, B. Deixe o seu linguista em paz. In: SILVA, F. L.; RAJAGOPALAN, K. (Orgs.). *A linguística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola, 2004. p. 48-52.

TODOROV, T. *A literatura em perigo*. Trad. Caio Meira. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

Recebimento: 24/02/2023

Aceite: 15/03/2023